

EDITORIAL

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, Art. 3º)

No curso destes últimos três anos, nós, brasileiros e brasileiras, pertencentes às diversas vertentes da esquerda, estamos sendo nitidamente golpeados. Entretanto, antes de mais nada, temos que compreender que a história não é – nunca foi e nunca será – linear e, muito menos, estática; mas, ao contrário, a história constitui um processo dinâmico, sempre, em movimento em algum sentido, de acordo com as vicissitudes do tempo-mundo da vida dos homens e das mulheres.

No sentido acima colocado, fundamentando-nos em Arendt (2012), a história constitui um processo cíclico, espiral, alternando-se, permanentemente, segundo os impulsos relativos ao que se pode denominar tanto de avanços como de retrocessos em termos de ganhos civilizatórios. Para nós, os avanços referem-se a perspectivas do bem comum, da civilização, enquanto que os retrocessos acham-se atinentes a perspectivas do mal, da barbárie, as quais, aliás, sempre estão em embate no curso da história da humanidade.

Com efeito, na medida em que a história é realizada pelas sociedades em permanente movimento em algum sentido, e que os diversos atores que as compõem são contraditórios e conflituosos, sempre há embates entre eles, o que está de acordo, sobretudo, com os interesses das classes em que tais atores se acham situados, ora defendendo o bem ora o mal¹. No primeiro caso, segundo Dagnino (1994), acha-se o conjunto dos interesses coletivos que podem e devem, por meio da luta política permanente, instituir-se em direitos; enquanto que, na nossa opinião, no segundo caso, acha-se o conjunto dos interesses voltados quase que exclusivamente aos desejos das classes hegemônicas os quais, por vezes, representam o mal para as classes subalternas e oprimidas.

Diante do acima exposto, portanto, e lamentavelmente, nunca o estado da civilização supera de todo o da barbárie, principalmente, em sociedades em que a problemática atinente às condições de desigualdade e de injustiça de toda ordem – social, cultural, de gênero, econômica, territorial, etc. – permanece forte, concomitantemente, no âmbito da instituição imaginária da sociedade, no curso do tempo-mundo tal como acontece em lugares como o nosso país.

Daí por que, no caso específico do Brasil, sempre que se teve avanços significativos no sentido de superar a problemática supramencionada, respeitando e valorizando os interesses das classes sociais subalternas e oprimidas, houve retrocessos: o Imperador D. Pedro II perdeu a sua coroa um ano após a abolição da escravatura; Getúlio Vargas foi levado a suicidar-se pela defesa dos interesses da nação e do seu povo; João Goulart foi exilado pela sua postura mais sensível às demandas sociais atreladas aos interesses nacionais; a Presidenta Dilma Vana Rousseff foi

¹ Não se está aqui utilizando estes termos com base em uma visão maniqueísta; mas em uma visão que possui significados em termos de valores inerentes à natureza humana, ou seja, entre a busca da realização do bem comum como valor democrático a favor de todos e todas, e a busca da realização dos interesses privatistas desrespeitando a outriedade.

impeachmada e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda está preso, sem nenhuma prova concreta, apenas por convicção.

O banimento de tais personalidades históricas do cenário político brasileiro, cada qual no seu tempo cedendo aos impulsos civilizatórios e contra os da barbárie, ocorreu, na nossa opinião, somente porque, à frente do Estado brasileiro, elas fizeram algo mais direcionado a parcelas do povo que sempre haviam sido alijadas das benesses do processo do crescimento econômico. E, vale ressaltar, nenhuma destas personalidades citadas pode ser inserida no que, hoje, ainda se chama, erroneamente e de maneira banalizada, de “comunistas”.

Há, portanto, duas razões que, de maneira sucinta, podem reforçar o que acabamos de dizer. A primeira diz respeito ao fato de que a elite – “maldita”, “de rapina”, “do atraso”, no dizer de um conhecido sociólogo – brasileira sempre detestou as pessoas provenientes das classes populares (os escravos, os índios, os pobres, os favelados, os palafitantes, etc.), sempre querendo deixá-las na condição de subalternas e oprimidas e longe dos seus territórios; daí a punição de quem tentasse, por algum motivo, elevá-las à condições sociais-territoriais melhores.

A respeito do que acabamos de colocar acima, como argumenta Souza (2017, p. 67), especificamente para os casos dos dois últimos presidentes da República Federativa do Brasil, legitimamente eleitos – o Presidente Lula e a Presidenta Dilma Rousseff –, afiliados ao Partido dos Trabalhadores (PT),

Nada muito diferente de nossos dias nesse particular. O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes. Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto. Não houve, portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre nós.

A segunda razão, por sua vez, achando-se intrinsecamente atrelada à anterior, concerne ao fato do medo que as referidas elites, apoiadas pelos “seus soldados cegos e fiéis”, ou seja, pelas classes médias – sobretudo por aquelas que se acham elites –, possuem com relação à mera perspectiva em termos de ascensão, por exemplo, dos pobres; daí por que sempre procuraram fazer o que puderam para mantê-los no seu, como pensam e dizem claramente, “devido lugar”, “lugar natural”. Com efeito, durante o processo de formação territorial do Brasil, segundo Ribeiro (2015, p. 20),

[...] exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. [...] Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se essa fosse uma conduta natural.

Os governos do PT conseguiram, de uma certa feita, remodelar o quadro geral de referências colocado nas citações anteriores, buscando complementar as conquistas obtidas durante o processo histórico-territorial de avanço da sociedade brasileira na medida em que ações próximas do que se pode definir como democráticas vinham acontecendo no nosso país. Ao início deste processo, chamado de redemocratização do Brasil, ocorreu a distensão do regime militar instaurado em 1964; a abertura política e a anistia, em 1979, para os políticos e intelectuais exilados; o movimento pelo retorno das eleições chamado de “diretas-já” em 1985; a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, dentre tantas outras conquistas dos movimentos sociais que passaram a reocupar os espaços públicos do país, (re)politizando as questões urbana, agrária, das minorias, etc., retomando um processo que havia acontecido na década anterior à do golpe de 1964 (CÉZAR, 1985).

Foi justamente no âmbito deste processo “lento e gradual” de redemocratização do Brasil que, em 2002, o PT, partido surgido dos interesses das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais na cidade e no campo, ganhou as eleições presidenciais, fato que se repetiu, consecutivamente, por mais três sufrágios universais seguidos, devendo-se esta continuidade, sobretudo, à sua popularidade alcançada em função do atendimento às principais demandas provenientes, ao mesmo tempo, das classes subalternas e oprimidas, bem como das regiões em que a pobreza e a fome sempre foram muito mais notáveis. Este último fato, aliás, ficou muito claro nas representações cartográficas das eleições deste ano de 2018 para presidente da República.

Viveu-se, assim, no Brasil, desde o início do processo de redemocratização do país, sobretudo durante os governos do PT entre 2003 e 2013², um dos mais significativos momentos de avanços em termos de economia, política, direitos sociais, justiça territorial, geopolítica (externa e interna), etc. Do ponto de vista econômico, o Brasil conheceu outro momento de boom que alçou o país à condição de sétima economia mundial, chegando mesmo, em 2010, a apresentar um PIB maior do que o da Grã-Bretanha com base, principalmente, na retomada da industrialização e do investimento no mercado interno com distribuição de renda e respeito aos direitos sociais garantidos pela nossa Constituição Federal.

Do ponto de vista político, sob a liderança carismática do Presidente Lula, acordou-se um pacto pelo qual também representantes da elite da sociedade brasileira obtiveram ganhos significativos, aproveitando-se, como sempre, do sucesso econômico. Do ponto de vista social, milhões de brasileiros e brasileiras saíram do quadro da fome (Programa Fome Zero), tendo sido este, até então, o único governo a ter buscado solução para a problemática da fome, há décadas atrás, ressaltada por Josué de Castro; milhões de brasileiros obtiveram renda tanto pela valorização do salário mínimo quanto pelo acesso a programas sociais de renda mínima (Programa Bolsa Família); um número significativo de famílias pobres teve acesso à habitação (Programa Minha Casa Minha Vida); os serviços públicos de saúde (implantação e expansão das UPA, Programa Mais Médicos, etc.) e educação (REUNI e PRONATEC por meio dos quais se construíram e se expandiram *campi* universitários por todo o território nacional) receberam expressivos incentivos ampliando, democraticamente, o acesso de todos e de todas à educação; as políticas de valorização e respeito à diversidade da sociedade brasileira, ou seja, às populações indígenas, quilombolas, LGBT, etc., buscando promover mais justiça. Do ponto de vista espacial, basta citar a

² Embora os governos do PT, na escala nacional, tenha permanecido até o ano de 2016, decidimos definir o seu limite em 2013 porque foi a partir deste ano que os protestos anti-pt tiveram seu início, contribuindo, assim, para boicotar, sobretudo entre os anos de 2014 e 2016 o governo da Presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos Dilma Rousseff, desembocando no seu afastamento por um processo de impeachment ainda hoje controverso, sobretudo pela ausência de provas cabais.

grande distribuição de investimentos em termos de obras de infraestrutura e de equipamentos industriais também nas regiões Norte e no Nordeste, procurando reduzir a histórica disparidade regional inerente à formação territorial do nosso país. Do ponto de vista da geopolítica, o Brasil, durante os governos Lula-Dilma, diversificou suas relações internacionais abandonando a tradição unilateral apenas no sentido norte-sul, mas, ao mesmo tempo, investindo nas inter-relações sul-sul; reforçou a política no âmbito dos blocos econômicos (MERCOSUL, UNASUL), inclusive contribuindo para a criação dos BRICS, encorajando a soberania do nosso país e sempre defendendo e praticando a paz, com o que o Brasil tornou-se um país ainda mais respeitado do que era antes no âmbito da geopolítica internacional.

Qualquer processo de mudança social não pode limitar-se à dimensão física – localização de objetos no espaço, acesso a serviços públicos, distribuição de renda, etc. – dos problemas sociais, ou seja, ele deve contemplar, concomitantemente, um profundo trabalho ligado à dimensão cultural da sociedade. Contudo, acreditamos que o PT negligenciou esta perspectiva, a qual, aliás, constitui uma das principais lições do pensamento crítico de esquerda que se acha na filosofia da práxis elaborada pelo cientista político italiano Antonio Gramsci. Para este pensador, a tática da “guerra de movimento” (tomada do Estado) deveria ser acompanhada pela tática da “guerra de posição” (ocupação difusa dos diversos espaços sociais penetrando e reformulando a dimensão cultural dos problemas).

É evidente que, para Gramsci, o ataque frontal da *guerra de movimento*, nestas circunstâncias [em que, culturalmente, predomina a cultura do mundo burguês], é absolutamente um lance errado. A estratégia correta aponta para a *guerra de posições*, ou a guerra de guerrilha, a ser travada no âmbito da sociedade civil, para afirmar uma nova hegemonia proletária e revolucionária. [...] O controle do poder político passa [...], pela hegemonia, isto é: pela direção intelectual e moral da sociedade. É uma *agressão molecular*, taticamente dosada, para que as massas criem consciência de sua força política e se organizem para redobrá-la. (STACCONE, 1987, p. 11)

Nesta perspectiva, os governos presidenciais do PT, aproveitando-se do contexto favorável a mais um boom expressivo do crescimento econômico, promoveu uma significativa experiência de inclusão social-territorial das classes subalternas e oprimidas, sem o devido acompanhamento da necessária reforma cultural, limitando o processo de mudança social ao acesso a bens e serviços. Em outras palavras, os governos do PT limitaram-se a promover o acesso de todas as classes sociais aos benefícios promovidos pelo referido crescimento econômico sem terem realizado as reformas historicamente necessárias, as quais poderiam ser comparadas ao que, como vimos antes, se chamava de “reformas de base” contra as quais as elites brasileiras, em outro momento histórico do país, se posicionaram e apoiaram o golpe militar de 1964.

Dentre tais reformas, ressalta-se, mormente, a política (tornando as eleições e a política processos efetivamente transparentes e independentes dos interesses empresariais e de governos estrangeiros; proibir o uso de influências de instituições fundamentalistas refratárias ao bem da coletividade, justamente por serem antirepublicanas); a tributária (cobrar impostos de quem ganha mais, ou melhor, das grandes fortunas, e reforçar a distribuição da renda para quem de fato ganha menos); e a dos meios de comunicação (democratizar o acesso aos meios de comunicação, impedindo a sua monopolização e investindo em uma mídia plural bem como em redes públicas de comunicação como existe em países europeus de democracia sólida). Todas elas deveriam, então, ter sido acompanhadas por discursos reforçadores da ideia do acesso aos referidos bens de consumo coletivo em função das lutas da própria sociedade, e não como “dávias” do mercado.

Foi exatamente em função da negligência com relação à realização de tais reformas, no contexto permanente da luta de classes, reforçando a consciência de classe, que os governos do PT deixaram brechas para que as forças ligadas ao neoliberalismo, ao fundamentalismo religioso, ao autoritarismo e à cultura conservadora sob os parâmetros do patrimonialismo e do complexo de vira-lata, respaldadas por uma mídia comprometida como os interesses da elite do atraso, pudessem reconquistar seus espaços suscitando o retorno, com toda força, do atual ciclo de retrocesso no Brasil.

Desse modo, a elite do atraso, junto aos seus asseclas, aproveitaram-se das brechas supracitadas, reforçadas pelo contexto da crise econômica – cuja dimensão internacional foi mascarada com o propósito de atribuí-la aos governos progressistas – dialeticamente atrelada à crise política, para reagirem contra o PT e suas principais lideranças. Isso aconteceu com a finalidade precípua de afastá-los da vida política nacional, simplesmente porque haviam permitido, progressivamente, que os pobres passassem a frequentar espaços antes ocupados apenas por pessoas ligadas às classes dominantes (os espaços de universidades públicas, estabelecimentos escolares e de saúde privados, centros comerciais, aeroportos, etc.), as quais tiveram que, no período dos referidos governos, “aguentar a presença mais próxima dos indesejáveis”.

Os fatos acima expostos, em seu conjunto, contribuíram, portanto, para o retorno, nas escalas institucional e vivida do país, do obscurantismo em termos políticos, sociais e econômicos; propiciado pela reativação, sobretudo nas redes sociais e em cadeias de rádio e televisão fundamentalistas, dos princípios preconceituosos conservadores e retrógrados presentes no imaginário coletivo de parte da sociedade brasileira: o ódio aos pobres; a discriminação com relação aos negros, aos indígenas, aos LGBT, às mulheres (misoginia) e ao meio ambiente.

O oligopólio da mídia brasileira, impedindo a pluralidade em termos do acesso a informações e opiniões de maneira imparcial e plural, contribuiu sobremaneira para manipular as pessoas, em especial, as classes médias, as quais, aliás, exercem papel crucial no âmbito da opinião pública: foram estas classes que, movidas pelos seus preconceitos históricos e desprovidas de consciência de classe, saíram às ruas em 2013 mobilizadas por organizações ultraconservadoras travestidas de modernas, levantando a bandeira contra a corrupção. A este respeito, de acordo ainda com Souza (2017, p. 166),

[...] tamanha manipulação e logro da população não poderia existir se a própria classe média, o público privilegiado da imprensa desde seus primórdios, já não tivesse, ela própria, propensão e disposição para ser manipulada e enganada precisamente desse modo e não de nenhum outro. A imprensa manipulativa não cria o mundo. Ela não é tão poderosa. Ela manipula preconceitos já existentes de modo a retirar deles a maior vontade possível, tanto material quanto simbólica, para a elite do dinheiro que a sustenta com anúncios e falcruas diversas.

O que, talvez, como salientamos anteriormente, poderia ter sido diferente se as esquerdas, que estiveram no poder durante cerca de treze anos, tivessem investido num trabalho coletivo mais palpável no que concerne não somente ao desmantelamento dos preconceitos acima colocados; mas, simultaneamente, na conscientização de que os ganhos materiais e legais que foram obtidos durante o período em que estiveram no poder foram fruto de um trabalho social coletivo; e não individual, desmanchando, assim, a ideia ligada, nos termos colocados por Dardot e Laval (2013),

à racionalidade neoliberal que leva ao individualismo exacerbado, tendo corolários gravíssimos para a sociedade. Faltou, então, aos governos do PT, esta autocrítica³.

A respeito do que ocorre ao nível do imaginário relativo a sentimentos de conservadorismo, autoritarismo, fundamentalismo religioso, preconceitos, discriminações, etc., também o neoliberalismo permanece entranhado nas diversas instituições da sociedade, esperando apenas uma brecha para voltar à cena, sempre procurando intervir na realidade em função dos seus interesses. Ademais, como diz Harvey (2005, p. 27-28),

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação de capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de um capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação de um poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim.

Tanto isso é verdade que, para garantirem a governabilidade, os governos do PT cederam e, por conseguinte, tiveram que atender também os interesses capitalistas, tanto em sua dimensão física como simbólica, daí por que esteve muito longe de ser “comunista” tal como muitos ignorantes o têm tratado. A diferença foi que os referidos governos, como já o dissermos aqui, implementaram, ao mesmo tempo, diversos planos, programas e projetos voltados para os interesses das classes subalternas e oprimidas do Brasil, bem como para as demandas dos movimentos sociais, o que não interessa, pelo menos diretamente, ao mercado.

Foi por este motivo que, pelas brechas deixadas, o PT e suas lideranças começaram a ser bombardeados cotidianamente pela mídia hegemônica, atendendo, destarte, os interesses da elite do atraso, que haviam “engolido” a ascensão dos pobres, mas nunca a aceitaram de todo. O que, desejando ou não, terminou contribuindo para atender também os interesses de outras forças autoritárias, conservadoras, fundamentalistas (setores fanáticos de igrejas evangélicas e do mercado defendendo o neoliberalismo) e entreguistas (lideranças políticas locais ligadas aos interesses das empresas petrolíferas e mineradoras para apropriarem-se das nossas riquezas, submetendo nosso país aos interesses norte-americanos).

Temos indagado sobre qual seria o verdadeira alvo dos referidos interesses, o PT, suas lideranças ou a política enquanto prática voltada para o bem comum. Isso porque, na verdade, quem perdeu de fato foi a política⁴ e, portanto, a nossa democracia a qual – ainda débil por se achar em pleno processo de gestação – vem recebendo muitas pancadas, inclusive, utilizando-se do próprio jogo democrático: a utilização de informações duvidosas como verdadeiras repetidas à exaustão (“PT/Dilma quebrou o Brasil”, “Lula é o chefe de uma organização criminosa”, “PT, a herança

3 Esta é, efetivamente, a autocrítica que a(s) esquerda(s) devem fazer. Não se trata, entretanto, e de nenhum modo, da autocrítica que as forças conservadoras querem que o PT faça uma vez que, para estas forças, o PT deveria ter abandonado o seu projeto inclusivo de sociedade (este foi o seu erro, segundo elas) e implementado a todo custo o neoliberalismo perverso no Brasil.

4 Entendemos a política como, segundo Bobbio (1983, p. 28), “a arena das decisões coletivas e gerais” no âmbito do sistema democrático o qual, também para este mesmo autor, é, ao mesmo tempo, consenso e dissenso.

maldita”, “PT, o partido mais corrupto”...) pela mídia conservadora⁵ faz parte do que se chama hoje de era da pós-verdade; a utilização da justiça para ratificar tais falácias; a Presidenta Dilma Rousseff foi afastada pelo uso do impeachment, processo que, embora contestado inclusive por juristas de grade prestígio nacional e internacional, seguiu o ritual previsto na Constituição; a prisão sem provas, apenas por convicção, do Presidente Lula a fim de retirá-lo do último processo eleitoral para a Presidência da República, sob os parâmetros do *lawfare*; e, somente para ficar nestes casos, a realização de uma eleição cujo procedimento foi questionado pela descoberta do uso do chamado “caixa 2” e de disparos de *fake news* pelo whatsapp.

Desse modo, parte, aliás minoritária, da população brasileira que elegeu este último presidente, votou movida pela desconfiança com relação à política e às demais instituições da República, acreditando numa proposta de combate à violência⁶ e à corrupção por medidas autoritárias, e mesmo desumanas. Ao mesmo tempo, as *fake news* conseguiram desmoralizar candidatos de referência tanto da ala da esquerda como da centro-esquerda na política brasileira, muitos dos quais se achavam com percentuais expressivos nas sondagens relativas às eleições, mas terminaram por perder. Mas isso não quer dizer que tudo está perdido!!!

Na verdade, temos, mais uma vez, na história da humanidade, um candidato de extrema direita que chegou ao Poder de uma nação através das chamadas regras do jogo democrático; muito embora, no caso atual do Brasil⁷, houve também, além do uso dos mecanismos anteriormente ressaltados, reiteramos, a manipulação destas regras pelas próprias instituições políticas e midiáticas com o propósito de retirar um candidato de esquerda que possuía condições efetivas de vencer as eleições. Talvez tenha sido neste sentido que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2018) tenha falado que “as democracias também morrem democraticamente”.

Esta ideia leva-nos, por outro lado, a indagar e ficar atentos com relação ao mal uso das leis, ou seja, o seu uso para ratificar interesses outros que aqueles efetivamente democráticos para os quais as leis foram institucionalizadas, razão por que a sociedade tem que, não somente conhecer melhor, como continuar vigilante com relação ao uso das leis, notadamente pelo risco que o seu mal uso representa para a democracia.

O governo das leis celebra hoje o próprio triunfo da democracia. E o que é a democracia se não um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) para a solução dos conflitos sem derramamento de sangue? e em que consiste o bom governo democrático se não, acima de tudo, no rigoroso respeito a essas regras? Pessoalmente, não tenho dúvidas sobre a resposta a estas questões. E

⁵ Está claro que pessoas do PT, apesar deste ser o partido que possui o menor número de pessoas denunciadas e investigadas pela “Operação Lava Jato”, cometeram erros; mas o que se deve fazer é punir os responsáveis, saneando a instituição, e não punindo-a de todo. Aliás, o mesmo raciocínio serve para a corrupção existente em outras instituições públicas como a PETROBRÁS e o BNDES, e mesmo privadas como grandes indústrias dos setores de alimentos e da construção civil que já haviam, durante os governos progressistas, conquistado mercados significativos em todo o mundo, inclusive nos EUA. Então, a quem de fato interessaria a destruição destas instituições? Resposta: as empresas concorrentes e aos seus respectivos Estados. E quem de fato perderá se elas forem reorganizadas de acordo com os interesses econômico-financeiros neoliberais? Resposta: nós, o povo brasileiro.

⁶ Aliás, já está mais do que na hora de pensar e refletir sobre o papel do conteúdo dos diversos programas de televisão que noticiam a violência em nossas cidades. Em que medida o papel destes programas é realmente o de informar? Na nossa opinião, pelo menos da maneira como vêm ocorrendo, tais programas vêm estimulando a violência, deixando a população apavorada e estimulando alternativas de resolução que, também por serem violentas, desumanas e contra princípios da nossa Constituição, terminam contribuindo para a ascensão do obscurantismo na nossa sociedade. Liberdade tem limites!!!

⁷ A despeito de estarmos falando do caso, em específico, do Brasil, vale lembrar que o retorno de forças ultraconservadoras e obscurantistas é um processo que está acontecendo em todo o mundo, inclusive com o uso de técnicas informacionais comandadas pelas mesmas pessoas ligadas a este processo.

exatamente porque não tenho dúvidas, posso concluir tranquilamente que a democracia é o governo das leis por excelência. Num momento mesmo em que um regime democrático perde de vista este seu princípio inspirador, degenera rapidamente em seu contrário, numa das tantas formas de governo autocrático de que estão repletas as narrações dos historiadores e as reflexões dos escritores políticos. (BOBBIO, 1986, p. 171)

O processo histórico é contraditório, cabendo apenas utilizarmos do procedimento da heurística para enxergarmos as contradições e os conflitos/as tensões que poderão superar os problemas, com base no conhecimento das regras do jogo democrático as quais também nos garante lutar pelos nossos direitos. Nesta perspectiva, não diria categoricamente que, a despeito do candidato representante da barbárie ter vencido o último pleito eleitoral, as esquerdas foram as grandes perdedoras. Podemos arrolar uma série de fatores que corroboram o que acabamos de dizer: enquanto o candidato da barbárie obteve 57 milhões de votos, o candidato da civilização obteve 47 milhões, valendo a pena lembrar que este último candidato entrou na disputa poucos meses antes do trágico dia 28 de outubro de 2018 e que, ainda, mais de 40 milhões de brasileiro(a)s, justamente pela descrença para com a República e suas instituições, votaram em branco ou anularam os seus votos; o próprio PT, a despeito de todo o ódio depositado contra ele pela elite do atraso e seus asseclas, ainda conseguiu fazer a maior bancada no Congresso Nacional, o PSOL teve o número de parlamentares acrescido, etc., ou seja, as esquerdas ainda demonstraram uma incrível capacidade de resiliência diante de um quadro de referências muito adverso a elas.

Ademais, a sociedade civil brasileira é muito diferente daquela que se tinha em 1964 quando do golpe militar, isto é, ela está mais forte e mobilizada, aliás, as pancadas contra os avanços sociais dos governos progressistas e o advento das várias fases do golpe⁸ que estamos vivenciando desde 2013/2014 têm levado a processos visíveis de rearticulação política e mobilização social.

De qualquer maneira, temos que enxergar a democracia como de fato ela é, isto é, plena de contradições, mas que constitui ainda o ponto de partida para algo efetivamente diferente em termos de sociedade. Para Bobbio (1983), em lugar nenhum, e claro que considerando o seu acontecer histórico em diferentes sociedades, a democracia conseguiu manter suas próprias promessas: a da participação coletiva nas tomadas de decisões válida para toda a comunidade; o controle do Poder a partir de baixo; e a liberdade efetiva de dissenso.

Este problema é muito mais grave em países como o Brasil em que o autoritarismo, o individualismo, o privatismo, os preconceitos de toda ordem e outros tantos valores culturais negativos ainda se fazem muito presentes no seu imaginário social. Portanto, o cumprimento das promessas acima citadas é condição *sine qua non* para ultrapassarmos o desejo de ter a democracia, fazendo-a realmente acontecer na nossa história, a fim de reencontrarmos a senda justa no sentido de sermos cada vez mais. Neste sentido, a democracia constitui o caminho. Enfim,

[...] 'trata-se de confrontar-se até às últimas consequências com a construção de uma democracia capaz de mudar o regime social'. [...] o socialismo não pode e não deve ser atingido senão através da democracia. Ou então: a democracia é o

⁸ Os golpes de hoje não são mais aqueles tipos de movimentos exclusivamente verticalizados utilizando-se explicitamente dos tanques de guerra e da força física. O golpe atualmente em curso no Brasil é um claro exemplo de golpe do mundo da modernidade líquida, ou seja, trata-se de ações difusas e flexíveis, utilizando-se fortemente das tecnologias de comunicação tradicionais e modernas, muito embora os seus efeitos sobre o avanço social sejam os mesmos de antes. Aliás, a Presidenta Dilma tem-se utilizado da metáfora da ação do cupim por dentro de um tronco de árvore para explicar o caráter atual do golpe contemporâneo (ou seja, enquanto a árvore está sendo minada por dentro, quem a vê de fora não percebe que ela está morrendo), o que também foi muito bem utilizado no filme *Aquarius*, dirigido por Kleber Mendonça Filho.

único meio possível e lícito para se chegar a uma sociedade socialista. (BOBBIO, 1983, p. 106)

Mas de que socialismo estamos falando? Socialismo, na nossa visão, refere-se a um modelo de sociedade em que o bem comum seja efetivamente concretizado para todas as pessoas, independentemente de classe social, gênero, orientação sexual, credo religioso, visão política, procedência territorial, etc.; o que não tem nada a ver com “comunismo”. Aliás, vemos que a definição das ações dos movimentos sociais, pela elite do atraso e pelos seus asseclas, como “comunistas” é pura ignorância na medida em que o que tais movimentos desejam é simplesmente fazer valer o respeito à Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB).

Para isso, devemos assumir duas tarefas primordiais e urgentes, notadamente no momento contemporâneo: combater as forças que querem destruir a nossa democracia atualmente em frangalhos, fazendo valer o conjunto de direitos que se acham instituídos na CRFB; e retomar, sem ódio, sem medo e com inteligência, o caminho que vínhamos percorrendo neste sentido, o qual foi interrompido, desta vez, oficialmente, pelo golpe instituído em 2016.

No que diz respeito à primeira tarefa, antes de tudo, temos que desmitificar a ideia de que os problemas do Brasil acontecem devido à democracia e que somente um regime autoritário calcando-se no contexto do medo pode resolvê-los. Como? Retomando a ideia de que os atuais problemas do Brasil acham-se, por outro lado, intrinsecamente vinculados à natureza do seu modelo de formação territorial (SOUZA, 2017; RIBEIRO, 2015; SANTOS, 1987) e de que o caminho para resolvê-los não está na violência, mas na democracia. A intervenção militar, por exemplo, que vem acontecendo, desde o ano passado, no Rio de Janeiro, muito ao contrário, em vez de resolver os problemas para os quais foi implementada, está agravando-os ainda mais e, por conseguinte, não se consegue nem mesmo vislumbrar uma solução efetiva. E os cariocas em sua totalidade continuam a sofrer pelo descaso de governos que só atendem os interesses das elites do atraso e dos seus asseclas.

É necessário, portanto, reforçar que somente com a democracia é que podemos resolvê-los, e isto porque a democracia, mesmo tendo seus “erros”, é mesmo um processo contraditório e, justamente por ser contraditório, é o único sistema que propicia o diálogo através do dissenso – que é próprio da democracia, porque se ela fosse apenas consenso seria um outro sistema – possibilitando saídas que contemplem os interesses da diversidade inerente a uma sociedade moderna.

Enfim, a democracia constitui uma experiência social-política em que, mediante “acertos” e “erros”, “avanços” e “retrocessos”, sempre se pode encontrar soluções mais condizentes com a heterogeneidade da vida no território. Entretanto, a forma como se está tentando resolver os problemas, com base no ódio e na violência, constitui um

[...] enorme risco que se coloca para toda a humanidade e todo o planeta quando se unifica e se pretende unificar um mesmo estilo de vida. A homogeneização é, assim, contrária à vida, tanto no sentido ecológico quanto cultural. O que a espécie humana – *homo sapiens sapiens* – fez ao longo de sua aventura no planeta foi construir diferentes sentidos culturais para suas práticas, a partir de diferentes vivências com diferentes ecossistemas e variadas tocas entre culturas que ao longo da história pôde experimentar. (PORTO-GONÇALVES, 2012 p. 72)

Nunca se resolverá os problemas nas cidades e nos campos de maneira simplista, ou seja, desconsiderando a complexidade do contexto do tempo-mundo em que eles estão acontecendo. Daí urge, primeiramente, antes de se pensar e praticar qualquer ação de intervenção sobre os

territórios vividos das populações e dos ecossistemas brasileiros (dos pobres, dos quilombolas, dos indígenas, das florestas, dos cerrados, etc.), buscar conhecer suas territorialidades colocando-se as seguintes questões: quais os motivos do acontecer dos problemas que tanto amedrontam as elites? o que desejam as populações das classes subalternas e oprimidas, que são mesmo vítimas de uma sociedade tão desigual e injusta como a nossa? quais as possibilidades, por estas mesmas classes sociais, apontadas para resolvê-los?

No que tange à segunda tarefa, a de retomar o caminho interrompido pelo referido golpe, sugerimos continuar, enquanto sociedade civil, vigilante com relação à manutenção dos nossos direitos civis e sociais – os quais, aliás, não somente foram respeitados como também implementados pelos governos efetivamente democráticos que se sucederam durante o último período de retomada da democracia no Brasil –, defendendo as regras do jogo democrático em vigência, estabelecidas pela CRFB.

Neste sentido, temos que retomar o discurso dos direitos individuais e coletivos (Art. 5) segundo os quais todos os brasileiros e todas as brasileiras são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (neste caso, segundo Art. 182, § 2º, desde que se cumpra com a sua função social), a fim de combater as atuais ameaças de negá-los e desrespeitá-los.

Em outros termos, antes de proferir discursos cujo conteúdo despreza a diversidade da nossa sociedade, sugerimos ler o capítulo II do título II (Dos direitos e garantias fundamentais) da CRFB, relativo aos direitos sociais, os quais são soberanos, bem como os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Afinal de contas, uma Constituição não é promulgada à toa, mas, instituída pela sua própria sociedade, em ambiente democrático, com a finalidade, principalmente, de – regular suas condições existenciais de convivência social e de trabalho – proteger-se contra qualquer perspectiva de retorno ao estado de barbárie. Aliás, esta busca, em vez de algo de “comunistas”, é própria da democracia liberal.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. (BRASIL, 1988, Art. 6)

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; [...]

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; [...]

XXXII – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; (BRASIL, 1988, Art. 7)

Em vez de se retomar propostas de redução de gastos com cortes dos investimentos na prestação de serviços sociais às classes subalternas e oprimidas (onde se acham os trabalhadores, ou melhor, as “classes que vivem do trabalho”), por que motivo não se cobra mais das grandes fortunas, dos banqueiros, das grandes empresas que já dispõem de toda a infraestrutura – implantada no território nacional com dinheiro de toda a sociedade brasileira – necessária à

realização dos seus negócios? É mesmo uma lógica muito louca retirar de quem precisa para beneficiar quem ganha muito mais, inclusive perdendo suas dívidas cujos valores ultrapassam a casa dos milhões de reais.

Desse modo, aos defensores desta loucura, sugerimos ler o capítulo II do título VIII (Da ordem social) da CRFB, concernente à seguridade social a qual, de acordo com letras da própria Constituição, compreende o conjunto de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, Art. 196)

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (BRASIL, 1988, Art. 197)

Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

- I – cobertura dos eventos de doenças, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes de trabalho, velhice e reclusão;
- II – ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;
- III – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- IV – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- V – pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes [...]

§ 2º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (BRASIL, 1988, Art. 201)

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, Art. 203)

Como estes direitos são usufruídos, notadamente, pelas classes que vivem do trabalho – seja no circuito superior, seja no circuito inferior da economia espacial – e como a elite do atraso e seus asseclas têm ódio das classes trabalhadoras, eles estão novamente na mira dos interesses privatistas que defendem, na verdade, o desmonte da seguridade social no Brasil. E isto acontece porque as referidas elites, pela sua cupidez sem limites, pretendem apropriarem-se de todo o dinheiro público, o que chega também a ser desumano⁹.

Antes de defender propostas absurdas como as que se referem ao “escola sem partido”, cujas reais intenções consistem, nitidamente, em consolidar o atual ciclo histórico de retrocesso obscurantista no Brasil, impedindo as pessoas de formarem-se e expressarem-se livremente, sugerimos ler o capítulo III ainda do título VIII da CRFB, relativo à educação, à cultura e ao desporto.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantido na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, Art. 206)

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988, Art. 207)

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988, Art. 215)

Na contracorrente do retorno do obscurantismo que nos acomete neste momento, com muita coragem, o atual governador reeleito do estado federado do Maranhão (Região Nordeste do

⁹ Este problema ainda se torna mais desumano quando entra em cena o fundamentalismo ideológico e desatualizado de extrema direita a exemplo da recente crise relativa ao “programa mais médicos”, o que está atingindo, principalmente, os brasileiros e as brasileiras que dependem do sistema público de saúde nos mais longínquos rincões do território nacional. Isto porque os pobres brasileiros deixaram de ter acesso a serviços prestados por médicos altamente qualificados e conhecedores de práticas preventivas e humanas de atendimento. Na verdade, os médicos cubanos foram forçados a deixar o Brasil por puro preconceito da parte do futuro Presidente e, ainda, fundamentando-se em inverdades acerca do funcionamento do referido programa.

Brasil) instituiu o “Escola Com Liberdade e Sem Censura”, ressaltando as garantias fundamentais à retomada e, por conseguinte, à consolidação da democracia como acontece em qualquer país civilizado. Parabéns, Flávio Dino! Nós professores te agradecemos muito, pelo teu exemplo, pois somente com coragem e determinação reconquistaremos nossos direitos.

Outros pontos da pauta do obscurantismo que nos incomoda muito, por desrespeitarem a CRFB, referem-se ao descaso com relação ao meio ambiente e aos povos indígenas. No que diz respeito ao primeiro ponto, antes de dizer que não haverá mais ministério do meio ambiente, que retirará nosso país do Acordo Climático de Paris, que leis ambientais atrasam o “desenvolvimento” do país, etc., sugerimos ler o capítulo VI ainda do título VIII da CRFB, acerca do meio ambiente.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; [...]

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. [...]

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (BRASIL, 1988, Art. 225)

No que se refere ao desrespeito com relação aos povos indígenas, antes de dizer que não se demarcará mais nenhuma terra indígena, considerando os índios como “animais exóticos”, como empecilho à expansão dos interesses dos empresários ligados ao agronegócio e à mineração, e que se irá revogar a concessão da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, sugerimos ler o capítulo VIII ainda do título VIII da CRFB referente aos direitos dos indígenas. O que, aliás, também vale para outros povos tradicionais como os quilombolas.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens. [...]

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...]

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescindíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. (BRASIL, 1988, Art. 231)

A CRFB é muito mais ampla razão pela qual não poderíamos reproduzir outros artigos também relevantes para o nosso propósito neste Editorial, porém achamos por bem destacar apenas aqueles concernentes aos direitos que atualmente são colocados como os alvos essenciais das forças obscurantistas que estão tomando o Poder do Estado brasileiro.

Ademais, as forças que apoiam o retorno do obscurantismo sempre se utilizam do Art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias constante da própria CRFB segundo o qual se pode fazer revisão constitucional. Porém, ainda que possa haver pontos possíveis de serem revistos, defendemos veementemente que qualquer revisão deverá ser amplamente debatida de maneira transparente, participativa e democrática na sociedade e que não se retire nenhum direito garantido, a exemplo dos que se acham acima referenciados.

Todavia, não existe outra forma para fazer valer os direitos institucionalizados na Constituição que não a da pressão social, pelos homens e pelas mulheres articulados e mobilizados através dos seus diversos movimentos sociais, razão pela qual tais movimentos não podem ser criminalizados visto que democracia é consenso-dissenso, mas vistos como atores consolidadores das leis institucionalizadas, muitas das quais já existiam antes como “direito consuetudinário”.

Ao mesmo tempo, as instituições – partidos políticos, universidades, escolas, a política, a democracia, etc. – da República devem reaproximar-se da sua sociedade a fim de reconquistarem sua credibilidade, sobretudo em países como o Brasil em que as conquistas sociais sempre foram concretizadas através da conjunção entre movimentos sociais e governos mais sensíveis às causas populares. Neste sentido, visto que a história constitui um processo espiral, concordamos com o argumento de Castells (2018, p. 131) segundo o qual

[...] a política do século XXI não pode se construir ignorando as raízes plantadas no século XX. O declínio dos partidos social-democratas é reversível desde que as políticas social-democratas sejam recuperadas nos novos contextos sociais. Algo que os socialistas europeus, em sua maioria, não fizeram, e por isso desapareceram. É algo que Pedro Sanchez, ao contrário, procurou fazer, após a transformadora experiência de sua morte política.

Ao mesmo tempo, ainda para este mesmo autor, no âmbito da dialeticidade do processo permanente de mudança social,

[...] a experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições. Como aconteceu com o movimento feminista, com a consciência ecológica, com os direitos humanos. Mas também sabemos que, até agora, as mudanças profundas demandaram uma substituição institucional a partir da transformação das mentes. E é nesse nível, o político institucional propriamente, que o caos continua imperando. Daí a esperança, abrigada por milhões, de uma nova política. Contudo, quais são as formas possíveis dessa nova política? (CASTELLS, 2018, p. 146)

Sem resposta precisa à questão formulada ao final desta citação, reforçamos que o caminho está na história – não somente na legislação, ainda que esta tenha sido socialmente instituída – daí por que temos que continuar vigilantes, organizados, articulados e mobilizados a fim de fortalecer nossas lutas visando à preservação dos nossos direitos.

Isto nos remete a um trabalho, ao mesmo tempo, de baixo para cima, aprendendo com muita paciência a (sobre)viver no momento de retorno do retrocesso, numa perspectiva pedagógica em que, segundo Harvey (2018), os movimentos sociais consigam calibrar com inteligência suas estratégias políticas contra os inimigos comuns, os quais, para nós, sob o capitalismo louco, são sempre os mesmos.

Enfim, o processo de reflexão e luta acima ressaltado tem que ter como base, sobretudo, a escala geográfica do cotidiano vivido das pessoas, o qual, segundo Santos (1987, p. 108-109), refere-se ao cotidiano

[...] pelo qual o homem redescobre a consciência e busca ampliá-la. Este cotidiano não se defende apenas pela letra de uma Constituição federal, mas igualmente (e mais frequentemente) pelas regras da convivência no lugar mesmo em que se vive. Essa consciência do homem, que faz dele um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo, também faz parte dos desígnios fundamentais e do longo prazo, porque diz respeito à própria essência humana.

O fortalecimento e a consciência desta essência humana constituem condições fundamentais, segundo este mesmo autor, para combater, permanentemente, a escala do cotidiano que se adapta aos interesses da lógica hegemônica, sempre presente, a qual só interessa as grandes empresas e ao Estado que lhe dá suporte.

É, portanto, diante deste contexto, ao mesmo tempo, de desesperança e de esperança que estamos lançando, neste segundo semestre de 2018, o número 2 do volume 7 da revista eletrônica *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais (RMSDE)*; espaço que, como sempre, acha-se disponibilizado a todos os pesquisadores e militantes e a todas as pesquisadoras e militantes do Brasil e do mundo para, juntando nossos desejos e nossas incertezas, pensarmos, refletirmos e praticarmos um Brasil efetivamente para a coletividade social.

Neste número, trazemos, na seção **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**, os seguintes artigos: “As formas de reivindicação e protesto identificados nos movimentos sociais vinculados à problemática do território”, de autoria de Beatriz Maria Soares Pontes; “Construções sociais e complexidades na gestão da pesca artesanal”, de autoria de Ivo Raposo Gonçalves Cidreira-Neto e Gilberto Gonçalves Rodrigues; “A ação coletiva: o desafio da mobilização”, de autoria de Paulo Cesar Garre Silva; e “A imagem do MST produzida pela mídia e sua influência sobre a formação discursiva dos discentes de uma universidade federal”, de autoria de Yuri Gomes Figueiredo e Daniel Calbino.

Na seção **Produção do Espaço: Atores, Instrumentos e Conteúdos**, encontramos os seguintes artigos: “A produção capitalista do espaço urbano e o direito à cidade em Natal/RN”, de autoria de Osmar Faustino Oliveira, Manoel Raymundo Carvalho Neto, José Geraldo Pimentel Neto e Flavio Antonio Miranda de Souza; e “Novas verticalidades: apontamentos sobre a ação da BMW em Araquari/SC no contexto do novo padrão de organização e acumulação da indústria”, de autoria de Ruhan Rodys Beiler e Ana Paula Nascimento.

Na seção **Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania**, encontramos o artigo “A cidade e o cidadão. Verificação e análise do nível de conhecimento das pessoas quanto à legislação

urbanística municipal versus a realidade urbana em Garanhuns/PE”, de autoria de Maria do Carmo de Albuquerque Braga.

Na seção **Sociedade e Natureza, Questão Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável**, encontramos o artigo “O parque Capibaribe no Recife: uma análise entre vulnerabilidade social e integração socioespacial dos espaços públicos verdes nas margens do rio”, de autoria de Anna Karina Borges de Alencar e Werther Lima Ferraz de Sá.

Na seção **Ensaio, Resenhas e Entrevistas**, encontramos os seguintes trabalhos: “O que é um movimento social? Reflexões a partir da sociologia e sua articulação com a geografia”, de autoria de Daniel Sant’Ana Sousa; e “A teoria dos movimentos sociais de Nildo Viana”, de autoria de Ricardo Silva.

Contra a perda de direitos e pelo direito a ter direitos,
brasileiros e brasileiras, uni-vos!

Cláudio Jorge Moura de Castilho

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pensamento crítico, 52)
- _____. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (pensamento crítico, 63)
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CÉZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Cad. Est. Soc.*, Recife, v. 1, n. 2, p. 161-182, jul./dez., 1985.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. DAGNINO, Evelina (org.). *Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Chistian. *La nuova ragione del mondo. Critica della razionalità neoliberalista*. Roma: DeriveApprodi srl, 2013.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *A loucura da razão econômica. Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. As democracias também morrem democraticamente. 2018. Capturado em: <http://midianinja.org/boaventurasousasantos/as-democracias-tambem-morrem-democraticamente/>
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso. Da escravidão à lava jato*. Um livro que analisa o pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: bloco histórico e hegemonia*. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987.